

"O Livro Negro do Terrorismo no Brasil"

Lançamento - Projeto Orvil, um livro histórico fundamental.

Data e Hora: 20 Set 2012 - 16:00 horas

Local: Clube Militar - Av Rio Branco, 251 - Centro - Rio de Janeiro

Ipojuca Pontes - JORNAL INCONFIDÊNCIA

"Há uma regra infalível para se julgar livros: basta saber por quem são amados e por quem são odiados" – Joseph de Maistre

Uma das mais impressionantes obras nacionais – de fato, documento extraordinário a se constituir em leitura obrigatória para quem, de modo abrangente, pretende conhecer a verdadeira história da subversão comunista no Brasil – permanece inédita para a generalidade dos brasileiros alfabetizados, ainda que concluída em 1988.

Trata-se de obra especializada, extremamente bem escrita, singularmente objetiva, com acervo de ilustrações, mapas, relatos e registros históricos de fazer inveja a "Enciclopédia" de Diderot. No entanto, em que pese tal soma de virtudes, ninguém a encontra nas livrarias, nem nos catálogos das grandes ou pequenas editoras do país e muito menos nas bibliotecas públicas

ou das universidades.

Mas qual é o nome desta obra essencial, em dois volumes, já enfeitados em 966 folhas datilografadas, só disponível para consultas em poucas bibliotecas privadas e, pelo que se sabe, nos sites "www.averdadesufocada.com" e "www.ternuma.com.br"?

Texto completo

Bem, ela se chama "O Livro Negro do Terrorismo no Brasil" – e logo nos primeiros capítulos, por incontáveis méritos, se impõe como documento único nos anais da nossa história contemporânea. Segundo consta, o trabalho surgiu como uma reação natural às mentiras sistemáticas veiculadas no livro "Brasil: nunca mais", texto-calúnia coordenado e apresentado em 1985 por D. Paulo Evaristo Arns (o "Cardeal Vermelho"), e engendrado por pesquisadores esquerdistas e terroristas das mais variadas procedências – entre os quais, Paulo Vanucchi, da ALN (a famigerada Ação Libertadora Nacional, responsável por um sem-número de seqüestros, assaltos a bancos e assassinatos), atual titular da Secretaria Especial de Direitos Humanos - empenhados em interpretar, de forma tendenciosa, dados e informações disponíveis nos arquivos da Justiça Militar sobre os chamados "anos de chumbo" vigentes entre 1966/1974.

(Só para lembrar: é a SEDH quem seleciona e indica, por deliberação de "comissões" engajadas, os terroristas a serem beneficiados com a bilionária "Bolsa-Ditadura", polpuda grana indenizatória doada pelos crimes que eles mesmos praticaram).

Em retrospecto, ainda no segundo semestre de 1985, ante as corrosivas distorções veiculadas pelo doloso "Brasil: nunca mais", o CIE (Centro de Informações do Exército), com o aval do então ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, partiu para a convocação de uma equipe de analistas e pesquisadores capaz de restabelecer a verdade dos fatos corrompida pela eterna solécia dos comunistas.

Feitas pesquisas minuciosas - em que foram estudados e examinados, retroativamente a 1964, inumeráveis processos, inquéritos, depoimentos os mais diversos, entrevistas a jornais e revistas, gravações televisivas e toda uma vasta bibliografia disponível no Brasil e exterior, inclusive de ex-militantes da luta armada - a obra foi concluída, em 1987, com o título provisório

de "As Tentativas de Tomada do Poder", sendo posteriormente rebatizada com adequado nome de "O Livro Negro do Terrorismo no Brasil". Assim, depois de dois anos e meio, estava pronta aquela que seria a palavra oficial do Exército sobre a ação do terror revolucionário levado a cabo por dezenas de facções comunistas no espaço nacional.

Mas, de forma estranha, foi justamente depois de concluído "O Livro Negro do Terrorismo no Brasil" que se deu a inana: levado o texto ao General Leônidas Pires Gonçalves, sua publicação foi vetada. O então ministro do Exército, que antes tinha autorizado a confecção do obra (o Projeto Orvil, nome do "Livro" às avessas, no dizer dos militares), alegou, como justificativa para não publicá-lo, que "a conjuntura política não era oportuna e que o momento era de conciliação e desarmamento dos espíritos".

De fato, nos bastidores da "transição democrática" teria ocorrido o seguinte: o pusilânime José Sarney, por fatalidade levado ao posto de presidente da República, ao tomar conhecimento da existência da obra produzida pelo CIE, de imediato desaconselhou a sua edição, temeroso de que ela pudesse, durante o seu indigente desgoverno, "abrir antigas feridas que ainda estavam em fase de cicatrização".

No encontro mantido com Sarney, embora o ministro acatasse a decisão presidencial, deixou claro que o Projeto Orvil permaneceria resguardado como um documento para ser usado no futuro, em caso de necessidade - ou seja, na emergência do revanchismo vermelho. Neste caso, pensava o crédulo ministro, o livro, com a sua edição, poderia funcionar como arma de defesa nas mãos dos militares.

O problema todo é que, desde então, o "revanchismo" comunista jamais deixou de avançar: vigente há mais de 1/4 de século, o que se entendeu por Lei da Anistia - "ampla, geral e irrestrita", concedida de mão beijada pelos generais "simpatizantes" Geisel-Golbery-Figueiredo" – não passou de uma farsa rendosa que serviu de afrodisíaco para que as esquerdas, uma vez no poder, usando ardis os mais diabólicos, levassem as Forças Armadas ao canto das cordas.

(Só para exemplificar: no momento, um desses pilantras, candidato à Presidência da República e "avesso aos militares", pretende propor, se eleito, a criação de um Ministério da Segurança Pública, para o respectivo controle das nossas fronteiras, na tentativa de esvaziar o papel constitucional das Forças Armadas).

Pergunta-se: por que toda essa conjuração de silêncio em torno do "Livro Negro do Terrorismo no Brasil"?

Bem, como se sabe, os comunistas têm na ação terrorista um dos instrumentos básicos para a tomada do poder. Lenin, Stalin, Mao, Pol Pot, Fidel Castro, Luiz Carlos Prestes, Marighela, entre outros "espíritos obstinados", jamais hesitaram em partir para a luta armada, contemplando sempre o assassinato, a guerra de guerrilha, o foquismo, o atentado, a sabotagem e demais atrocidades que compõem o tradicional cardápio da violência revolucionária.

No caso do Brasil, embora a prática do terror tenha sido adotada com maior nitidez depois do contragolpe de 1964, especialmente a partir do atentado a bomba do Aeroporto Guararapes, em Recife, já bem antes, com a malograda (e covarde) Intentona Comunista de 1935, tramada em Moscou pelo Comintern, e as escaramuças revolucionárias das Ligas Camponesas de Francisco Julião, financiadas por Fidel Castro em 1961 - ela já se manifestava e cumpria papel de relevo na estratégia comunista de tomar o poder.

Nesta perspectiva, ao fazer o levantamento conciso, mas definitivo, da guerra suja antecipada pelos integrantes da luta armada, bem como do seu modus operandi fundamentado na violência, é que "O Livro Negro do Terrorismo no Brasil" ganha dimensão similar, guardadas as devidas proporções, ao "Le livre noir de communisme", de autoria de um grupo de pesquisadores europeus, publicado anos mais tarde (1997) pela Editora Laffont, de Paris, e que tinha igual propósito: o de mapear e dar a conhecer ao público o somatório de crimes postos em prática pelo terror vermelho.

Como já foi dito, o livro dos pesquisadores militares levanta com riqueza de detalhes as quatro tentativas de tomada do poder pelos comunistas. Mas, antes de entrar no entrevero dos "anos de chumbo", a obra faz a necessária limpeza do terreno ideológico para situar a sintomatologia do mal e abrir caminho - desmontando mitos, lendas e falsas interpretações - para melhor entendimento da intrincada patranha comunista.

Preliminarmente, entre outros temas, o livro aborda o apego de Marx e Lenin à violência revolucionária; assinala como foi criado, em 1922, o Partido Comunista Brasileiro, extensão da Internacional Comunista; expõe as dissensões internas de suas facções radicais; faz conhecer as escaramuças de Luiz Carlos Prestes como vassalo de Moscou para armar a Intentona Vermelha de 1935 na tentativa de assalto ao poder; revela os métodos de infiltração comunista

nos partidos democráticos e instituições; demonstra como eles atuam nos meios de comunicação e manobram alianças e acordos políticos; enumera suas diversas formas de proselitismo ideológico para seduzir as massas e "inocentes úteis"; descortina como se promoviam as agitações no meio militar, sindical e estudantil; e de como os comunistas se apossaram, entre 1962/63, do governo João Goulart e, dentro dele, a pretexto de se fazer reforma política radical, quase levam o país à "democracia popular" nos moldes estabelecidos nas escravizadoras URSS de Krushev, China de Mao e Cuba dos irmãos Castro.

Coisa notável: o segundo volume do Livro, que trata basicamente da luta armada no campo e na cidade, revela-se tão rico, documentado e vigoroso quanto o primeiro. Nele são revistos, sem distorções ou mutilação da verdade, os papéis da Conferência da Tricontinental cubana (modelo do atual Foro de São Paulo) e dos encontros da OLAS – Organización Latinoamericana de Solidaridad - como agentes da expansão dos grupos subversivos no Brasil, ao tempo em que se descreve com fartura de dados as "ações revolucionárias" da AP, UNE, PCB, PC do B, PCBR, POLOP, MR-8, VPR, ALN, MPL, MRT, MRMN, Var-Palmares, Colina e dezenas de organizações radicais que, pela violência armada, pretendiam, conforme comunicado terrorista, "equacionar os problemas fundamentais do país".

O leitor mais exigente encontrará no Livro o inventário escrupuloso da luta clandestina travada em todos os quadrantes do território nacional e, por sua vez, tomará conhecimento, em detalhes, do assombroso número de assaltos à mão armada, assassinatos, seqüestros, raptos, atentados a bomba, denúncias de torturas, delações e "justiçamentos" covardes, cujo escopo, para a "moral terrorista", era a "propaganda revolucionária".

E saberá, em minúcia, como a igreja apóstata da "Teologia da Libertação", manipulando os frades dominicanos, levou Marighela à morte; conhecerá como Miguel Arraes, de posse de milhões de dólares de contribuições de origem duvidosa e sacados dos cofres argelinos criou, em Paris, empresa à serviço da desinformação e da sabotagem; e tomará ciência, entre tantos fatos vergonhosos, de como o hoje deputado federal José Genuíno, estrela do PT, entregou de bandeja aos milicos a estrutura do PC do B na guerrilha maoísta do Araguaia.

De fato, "O Livro Negro do Terrorismo no Brasil", uma quase enciclopédia, se projeta como repositório de informações fundamentais, que lança poderoso fanal de luz sobre o "Estado Forte" a que chegamos. Sem a sua leitura fica improvável sabermos como o Brasil, dominado hoje pelos mesmos terroristas dos "anos de chumbo", se transformou no Império da Corrupção e da Mentira, a espantar as consciências livres e o mundo civilizado.

Ademais, por um fenômeno de associação lógica, percebemos que, no exato momento em que a guerra suja atingia o auge, e as Forças Armadas combatiam com firmeza a sanha vermelha, o Brasil se fazia a 8ª potência econômica do mundo, com um BIP (Produto Interno Bruto) de 11.90%, índice jamais alcançado por nenhum governo republicano, incluindo-se os de JK (8.08) e Lula (miseros 3.55).

Com efeito, no governo Médici, seguramente o mais eficiente desde o império de Pedro II, o país atingia nível de prosperidade nunca antes alcançado, com a comprovada inclusão social e econômica de 1/3 da população, que, verdade seja dita sem temor, era confiante, respeitava o seu presidente e repudiava o comunismo – aqui e lá fora – como forma de se gerir o mundo. Ficava claro no consciente coletivo que a prosperidade brasileira advinha da exata certeza de que, com os militares no poder, não sucumbiríamos ao totalitarismo comunista, uma usina geradora de tiranias, crimes, privilégios, engodos e perversões.

Resumo da ópera: numa era em que a história política e militar do Brasil contemporâneo vem sendo contada por tipos que nem Elio Gaspari – um ex-repórter de "Novos Rumos", antigo panfleto comunista -, se constituiu erro grave - mesmo imperdoável - não se ter publicado, para o amplo conhecimento público, "O Livro Negro do Terrorismo no Brasil". Com a sua edição, provavelmente seria mais difícil para Lula e o os revanchistas do PT, uma legenda composta por comunistas corruptos e terroristas das mais diversas facções, criarem o famigerado Programa Nacional dos Direitos Humanos e sua "Comissão da Verdade", com o objetivo canalha de revogar a Lei da Anistia, acuar as Forças Armadas e punir os militares que salvaram o país das garras do comunismo.

Afinal, lidando com a ralé vermelha, a verdade histórica deve ser dada a conhecer, obrigatoriamente, custe o que custar.